



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



Processo nº: 16.536/13

Apenso nº: 220.000.070/06 (2 volumes)

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Esporte e Lazer – SEL

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE

Órgão Técnico: Secretaria de Contas – SECONT

MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Advogados: Dr. Carlos Alberto Carnielli Villela (OAB/DF nº 20.176) e Drª. Maria Lopes Moraes (OAB/DF nº 3.678)

Sessão: Pauta nº 71, S.O. nº 4992, de 10.10.2017

Publicação: DODF nº 193, de 6.10.2017, pág. 16

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades na prestação de contas do Convênio nº 2/06, celebrado entre a então Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e o Instituto Pró-Lazer, para prestar apoio financeiro ao evento “*Show Bola*”, realizado no dia 18.2.2006.

O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas.

NO TRIBUNAL, foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 1.417/16-CAM). Apresentação de alegações de defesa.

PARECERES DIVERGENTES.

O Corpo Técnico sugere a procedência da resposta do Sr. Secretário de Estado à época, a improcedência das oferecidas pelo Sr. Subsecretário de Estado (signatário do convênio) e pela entidade conveniente e a cientificação destes últimos para recolherem, solidariamente, o débito apurado.

O Ministério Público opina pela improcedência de todas alegações e a imputação de débito aos responsáveis chamados aos autos.

Na Sessão de 18.7.2017, VOTEI pelo encerramento das contas, com base no art. 13, inciso III, da Resolução nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



102/08, tendo em conta o que restou decidido no Processo nº 7.321/06.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro RENATO RAINHA (Decisão nº 3.364/17-CPM). O nobre Revisor acompanha as ponderações tecidas pelo Órgão Ministerial.

Reabertura da discussão na Sessão de 10.8.2017.

VISTA DOS AUTOS deferida ao Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. O nobre Revisor acompanha o posicionamento deste Relator.

Reabertura da discussão (RI, art. 64, §§ 1º e 6º). Distribuição antecipada do Voto-Vista e do Voto deste Relator na forma do art. 54, inciso II do RI. Prosseguimento do julgamento iniciado na S.O. nº 4976.

Revedo meu VOTO, acompanho o 1º Revisor, Conselheiro RENATO RAINHA, para autorizar a cientificação dos responsáveis para recolher o débito apurado nos autos.

RELATÓRIO

Na S.O. de 18.7.2017 submeti à apreciação deste egrégio Plenário o Voto de fls. 182-v/184, o qual faço transcrever:

“14. Antes de entrar no mérito destes autos, importante fazer um breve histórico das apurações efetivadas por este Tribunal acerca da formalização e execução do Convênio nº 02/06.

DO PROCESSO Nº 7.321/06

15. As ações de controle sobre o supracitado convênio iniciaram no Processo nº 7.321/06, após suspeita de potencial ocorrência de falhas (§§ 2º e 3º da Informação nº 50/06 do Processo nº 7.321/06):

a) publicação do reconhecimento da inexigibilidade de licitação em data posterior à realização da despesa, o que – em tese – configuraria o descumprimento do art. 60 da Lei nº 4.320/64 e do art. 26 da Lei nº 8.666/93;

b) venda de ingressos para o evento em afronta a tutela do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



interesse público.

16. Para confirmar a veracidade das impropriedades na execução do convênio, sem prejuízos dos demais aspectos atinentes à sua celebração, a Corte determinou a realização de inspeção (**Decisão nº 1.087/06-CRCC**).

17. A Unidade Instrutória emitiu o Relatório de Inspeção nº 2.0115.06, onde concluiu que **não houve realização de despesas sem prévio empenho** e que as atividades necessárias à execução do evento foram executadas anteriormente a sua realização (§ 6º e 7º do Relatório de Inspeção).

18. A Corte, todavia, considerando que houve irregularidade na formalização e na execução do convênio, autorizou a audiência do gestor responsável (**Decisão nº 6.077/06-CRCC**).

19. Ato contínuo, acolhendo-se a tese da não predominância do interesse público na celebração do Convênio nº 02/06, o e. Plenário decidiu por meio da **Decisão nº 5.860/08-CRCC** e do Acórdão nº 226/08:

a) aplicar ao Sr. Herbert William de Oliveira Félix a multa prevista no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, no valor de R\$ 6.268,00, bem como a penalidade de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal pelo período de 5 (cinco) anos, com amparo no art. 60 da Lei Complementar nº 01/94.

b) ordenar a conversão dos autos em tomada de contas especial, na forma do art. 46 da Lei Complementar nº 01/94.

20. Irresignado, o responsável interpôs Pedido de Reexame. O apelo foi provido parcialmente na Sessão de 23.7.2009, ocasião em que foi determinada sua audiência para se manifestar sobre as falhas observadas na formalização, execução e prestação de contas do Convênio nº 02/06, sob pena de ser-lhe aplicada a penalidade de inabilitação (**Decisão nº 4.553/09-CSPM**).

21. Prosseguindo, na Sessão de 7.8.2012, o Tribunal exarou a Decisão nº 4.089/12-CSPM, assim redigida:

DECISÃO Nº 4089/12 (CSPM)

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, com base na estrita análise da concessão do auxílio a que se referem os autos, consubstanciado no Convênio nº 2/2006 celebrado entre a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal e o Instituto Pró Lazer, decidiu: I. ter por regular, com ressalva do que venha a ser apurado pelo



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

controle interno e sob a ótica estritamente procedimental e contábil, a concessão do auxílio e sua prestação de contas de que tratam os autos; II. em função de aspectos correlatos (descritos no relatório) que evidenciam o favorecimento da instituição conveniada e o enriquecimento sem causa de pessoas que não puderam ser perfeitamente identificadas nos autos, determinar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal que desarquive o Processo nº 0220-000070/2006 com vistas a examinar a necessidade de se instaurar, mediante o devido processo legal, procedimento administrativo específico para apuração de eventuais irregularidades; III. pelos mesmos motivos acima, dar conhecimento dos autos e, em especial, do relatório/voto do Relator ao douto Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que melhor ajuizará sobre a presença de indícios que levem à necessidade de sua atuação como fiscal da lei e da moralidade pública. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pelo acolhimento da instrução e do parecer do Ministério Público junto à Corte. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 134, inciso II, do CPC.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI. Votaram os Conselheiros RONALDO COSTA COUTO, MANOEL DE ANDRADE e ANILCÉIA MACHADO e o Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPJTCD FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA. Ausente o Conselheiro RENATO RAINHA.” (grifei)

22. Conforme se pode perceber, a Corte entendeu pelo favorecimento e até enriquecimento sem causa de pessoas que não puderam ser perfeitamente indicadas nos autos. Por isso, determinou que o órgão de controle interno distrital desse conhecimento da apuração ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

23. Foi nesse sentido, o Voto condutor da Decisão nº 4.089/12-CSPM. Senão vejamos:

“38. Apresentadas as faturas e recibos devidos estes foram aprovados e considerados aptos a justificar os gastos, pelo que o Processo nº 0220.000070/2006 que cuidou da concessão de apoio financeiro e de sua prestação de contas foi arquivado em 17.10.2008 (Armário 05, Pasta 04), segundo informação colhida em 30.7.2012. Desse modo, sob a ótica estritamente contábil, deve o Tribunal reconsiderar suas decisões condenatórias anteriores



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

pois os procedimentos se mostram formal e materialmente corretos.

39. No entanto, remanescem dúvidas levantadas pelo douto parquet e acolhidas pelo relator original dos autos, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO (fls. 751), que devem ser apuradas mediante o devido processo legal, em outras esferas de controle, de modo a homenagear o princípio do juiz natural da causa,”

RETOMANDO A ANÁLISE DESTES AUTOS

24. Não cabe neste momento rediscutir o mérito da Decisão nº 4.089/12-CSPM, que tratou da análise da celebração e prestação de contas do Convênio nº 02/06.

25. Quando da emissão do referido decisum, o Tribunal discutiu a questão do favorecimento da entidade conveniente e do indício de enriquecimento sem causa, oriundo da venda de ingressos no evento, e concluiu que as ocorrências deveriam ser investigadas em outras esferas de controle, já que fora proposto dar ciência da fiscalização ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

26. Assim sendo, no bojo destes autos, o Tribunal deve apenas tomar conhecimento das alegações de defesa apresentadas em atenção à Decisão nº 1.417/16-CAM, e em razão do que restou decidido no Processo nº 7.321/06, deixar de deliberar sobre o teor das peças, autorizando, consequentemente, o encerramento das contas especiais, com fulcro no art. 13, inciso III, da Resolução nº 102/08.

Em face do exposto, divergindo dos Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das defesas apresentadas pela Srª. Marilda Mara Pereira Carneiro (responsável do extinto Instituto Pró-Lazer) e pelos Srs. Weber de Azevedo Magalhães (Secretário de Estado de Esporte e Lazer - à época) e Herbert William de Oliveira Felix (Subsecretário de Estado - à época) de fls. 67/76, 82/107 e 116/129, respectivamente;

II. autorize o encerramento da presente tomada de contas especial, com base no art. 13, inciso III, da Resolução nº 102/08, tendo em conta o que restou decidido no Processo nº 7.321/06 (Decisão nº 4.089/12);

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências cabíveis.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

2. Naquela assentada, o Tribunal, acolhendo solicitação formulada pelo Conselheiro RENATO RAINHA, deferiu-lhe vista dos autos (Decisão nº 3.364/17-CPM, fl. 185).

3. O nobre Revisor apresentou o Voto-Vista de fls. 186/199 com o seguinte teor:

*“Nos autos do Processo nº 7.321/2006, no âmbito do qual se examinou a contratação do **Instituto Pró-Lazer**, no valor de R\$ 180.000,00, mediante inexigibilidade de licitação, para a realização do evento denominado “Show Bola” (Convênio nº 02/2006) em 18/02/2006, este Tribunal adotou a Decisão nº 4.089/2012, de seguinte teor, in verbis:*

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, com base na estrita análise da concessão do auxílio a que se referem os autos, consubstanciado no Convênio nº 2/2006 celebrado entre a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal e o Instituto Pró Lazer, decidiu:

I. ter por regular, com ressalva do que venha a ser apurado pelo controle interno e sob a ótica estritamente procedimental e contábil, a concessão do auxílio e sua prestação de contas de que tratam os autos;

II. em função de aspectos correlatos (descritos no relatório) que evidenciam o favorecimento da instituição conveniada e o enriquecimento sem causa de pessoas que não puderam ser perfeitamente identificadas nos autos, determinar à Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal que desarchive o Processo nº 0220-000070/2006 com vistas a examinar a necessidade de se instaurar, mediante o devido processo legal, procedimento administrativo específico para apuração de eventuais irregularidades;

III. pelos mesmos motivos acima, dar conhecimento dos autos e, em especial, do relatório/voto do Relator ao douto Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que melhor ajuizará sobre a presença de indícios que levem à necessidade de sua atuação como fiscal da lei e da moralidade pública.”

Em face da determinação de desarquivamento dos autos do Processo nº 0220.000070/2006 constante do item II dessa deliberação plenária, a Secretaria de Estado de Transparência e Controle, por intermédio do Ofício nº 321/2013-SUTCE/GAB/STC (e-Doc. 406A6B43 do Processo nº 7.321/2006), prestou o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

seguinte esclarecimento:

“2. A esse respeito, esclareço que foi solicitado o desarquivamento do processo em questão ao órgão de origem e, após análise dos autos em sede de instrução prévia no âmbito da Subsecretaria de Tomada de Contas Especial desta Pasta, foi elaborada a Nota Técnica nº 353/2012-GEINP/DIREC/SUTCE/STC opinando pela instauração de Tomada de Contas Especial, cujo ato deverá ser publicado ainda neste mês, nos termos do Plano de Ação de que trata a Decisão nº 3377/2012.”

Da Nota Técnica nº 353/2012-GEINP/DIREC/SUTCE/STC, mencionada nesse trecho do expediente da **Secretaria de Estado de Transparência e Controle**, extrai-se:

“Pelo exposto, levando em conta que foram adotadas todas as providências cabíveis à instrução prévia, submetemos os autos à consideração superior, concluindo **pelo cabimento de instauração de Tomada de Contas Especial, com indícios de envolvimento de dirigente** do órgão/entidade na consecução do prejuízo causado ao Erário do DF, devendo esta ocorrer **no âmbito da Subsecretaria de Tomada de Contas Especial**, com amparo na Lei Distrital nº 3.732, alterada pela Lei Distrital nº 3.862, ambas de 2006, c/c o Decreto nº 30.200/2009, por ato exarado pela autoridade competente para esse fim.”

Verifica-se, pois, que, por força do item II da Decisão nº 4.089/2012, a Secretaria de Transparência e Controle instaurou a Tomada de Contas Especial cujo resultado examina-se nos presentes autos.

Outra conduta não comportaria àquele órgão jurisdicionado. A uma diante do que lhe ordenou este Tribunal na Decisão nº 4.089/2012 (item II). A duas porque, à luz do ordenamento legal pátrio e das orientações que emanam do princípio do devido processo legal, a Tomada de Contas Especial é o procedimento administrativo específico para apurar responsabilidade por eventuais danos causados ao patrimônio público e, se for o caso, quantificado o prejuízo e identificado o(s) responsável(is), obter o correspondente ressarcimento.

Note-se que este Tribunal, na citada Decisão nº 4.089/2012, cuidou não só da matéria que se acha no campo de sua competência, mas se preocupou também com a possibilidade de os graves indícios de irregularidade detectados na execução do objeto do Convênio nº 02/2006 conduzir à abertura de procedimento de apuração à cargo do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios-MPDFT. Por isso, decidiu a Corte, nos termos do item III da deliberação plenária acima reproduzida, **“dar conhecimento dos autos e, em especial,**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

do relatório/voto do Relator ao douto Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que melhor ajuizará sobre a presença de indícios que levem à necessidade de sua atuação como fiscal da lei e da moralidade pública”.

Fixada, assim, a compreensão que tenho do que restou deliberado pela Corte na Decisão nº 4.089/2012, que deu origem à **Tomada de Contas Especial - TCE** de que trata este feito, passo ao exame de mérito das alegações de defesa apresentadas pelos Srs. **WEBER DE AZEVEDO MAGALHÃES, HERBERT WILLIAM DE OLIVEIRA FÉLIX** e pela Sra. **MARILDA MARA PEREIRA CARNEIRO**, chamados em audiência, conforme expresso no item II da Decisão nº 1.417/2016, porquanto considerados responsáveis pela irregular aplicação dos recursos repassados à conta do aludido convênio.

No âmbito do Controle Interno, constatou-se que essa irregular aplicação de recurso público provocou prejuízo ao erário distrital, cuja responsabilidade pela restituição do respectivo valor, calculado à época em **R\$ 272.266,22 (duzentos e setenta e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos)**, foi atribuída, solidariamente, às pessoas acima nominadas. É o que se extrai do Relatório de Conclusão de TCE nº 103/2014/GETCE/DIEXE/SUTCE/STC (fls. **376/384 dos autos em apenso**):

“Em função da análise dos autos esta Comissão, em respeito às normas que regem a Administração, em especial a Instrução Normativa nº 05/STC, de 07/12/2012, publicada no DODF n. 252, 13/12/2012, pp.9/16, e a Resolução nº 102/98 do Tribunal de Contas do Distrito Federal e de suas Decisões, encerra os trabalhos desta Tomada de Contas Especial, concluindo pela imputação de responsabilidade civil, de forma solidária, à (ao):

a) **Instituto Pró-Lazer**, CNPJ nº 07.826.272/0001-94, com sede na CNB 1, lote 14, apartamento 402 – Taguatinga-DF CEP: 72.115-015, no valor de **R\$ 272.266,22 (duzentos e setenta e dois mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos)**, atualizados até o dia 21/03/2014, na forma da Portaria Nº 212/2002 TCDF, Emenda Regimental 13/2003 TCDF e Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001, **por prática de ato ilegal e lesivo ao erário consistente na prestação de contas irregular dos recursos recebidos** (artigo 18, § 1º e § 12, do Decreto nº. 16.098/1994; Portaria 19/2003 da SEL e artigo 8º, inciso II, da Instrução Normativa nº 05/STC, de 07/12/2012, publicada no DODF nº 252, 13/12/2012, pp. 9/16) da Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal, por meio das Notas de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: _____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

Empenho nº 2006NE00055, fl. 75, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), paga em 13/03/2006, fl. 89, e nº 2006NE00056, fl. 76, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), paga em 17/03/2006, fl. 88 verso, no apoio financeiro para realização do evento 'Show de Bola', realizado no dia 18 de fevereiro de 2006 em Brasília-DF;

b) **Marilda Mara Pereira Carneiro**, CPF: 658.287.391-15, Título de Eleitor nº 1872762011, nascida em 22/11/1956, presidente da entidade à época dos fatos, filha de Hilda Rodrigues Pereira, endereço: CNB 1, lote 14, apartamento 402 – Taguatinga-DF CEP: 72.115-015, ou endereço: Avenida Parques Águas Claras 2615 apto. 1006 Águas Claras CEP: 71.906-500 Brasília-DF, no valor de **R\$ 272.266,22 (duzentos e setenta e dois mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos)**, atualizados até o dia 21/03/2014, na forma da Portaria Nº 212/2002 TCDF, Emenda Regimental 13/2003 TCDF e Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001, **por prática de ato ilegal e lesivo ao erário consistente na prestação de contas irregular dos recursos recebidos** (artigo 18, § 1º e § 12, do Decreto nº. 16.098/1994; Portaria 19/2003 da SEL e artigo 8º, inciso II, da Instrução Normativa nº 05/STC, de 07/12/2012, publicada no DODF nº 252, 13/12/2012, pp. 9/16) da Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal, por meio das Notas de Empenho nº 2006NE00055, fl. 75, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), paga em 13/03/2006, fl. 89, e nº 2006NE00056, fl. 76, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), paga em 17/03/2006, fl. 88 verso, no apoio financeiro para realização do evento 'Show de Bola', realizado no dia 18 de fevereiro de 2006 em Brasília-DF;

c) **Weber de Azevedo Magalhães** CPF: 221.656.061-87, Secretário de Estado do Esporte e Lazer à época dos fatos, nascido em 10/05/1958, Título de eleitor nº 898302097, filho de Dagmar de Azevedo Magalhães, endereço: SMDB Conjunto 21 Lote 03 casa B- Lago Sul/DF - CEP 71.680-210, no valor de **R\$ 272.266,22 (duzentos e setenta e dois mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos)**, atualizados até o dia 21/03/2014, na forma da Portaria Nº 212/2002 TCDF, Emenda Regimental 13/2003 TCDF e Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001, **por prática de ato ilegal e lesivo ao erário consistente na prática de atos que geraram dano ao erário** (artigo 8º, inciso IV, da Instrução Normativa nº 05/STC), descritos no Parecer nº 555/11 do MPJTCDF, às fls. 221/228 dos autos e no Processo nº 7321/2006, fls. 216/233 dos autos, no apoio financeiro para realização do evento 'Show de Bola',



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



realizado no dia 18 de fevereiro de 2006 em Brasília-DF;

*d) **Herbert William de Oliveira Félix**, CPF: 268.628.241-04, Subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer à época, nascido em 01/11/1961, Título de Eleitor: 3272312011, filho de Maria do Perpétuo Socorro Oliveira Félix, podendo ser encontrado no endereço: Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Inovação - SCS Qd. 08, Bloco B50, 6º andar, Ed. Venâncio 2000 sala 630, - CEP: 70.333-900, telefone 3462-8815, no valor de **R\$ 272.266,22 (duzentos e setenta e dois mil duzentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos)**, atualizados até o dia 21/03/2014, na forma da Portaria N° 212/2002 TCDF, Emenda Regimental 13/2003 TCDF e Lei Complementar n° 435, de 27 de dezembro de 2001, **por prática de ato ilegal e lesivo ao erário consistente na prática de atos que geraram dano ao erário** (artigo 8º, inciso IV, da Instrução Normativa n° 05/STC), descritos no Parecer n° 555/11 do MPJTCDF, às fls. 221/228 dos autos e no Processo n° 7321/2006, fls. 216/233 dos autos, no apoio financeiro para realização do evento 'Show de Bola', realizado no dia 18 de fevereiro de 2006 em Brasília-DF;" (grifo no original)"*

A Secretaria de Contas deste Tribunal, nos termos da Informação n° 12/2017, entende que as alegações de defesa apresentadas não lograram êxito em afastar a imputação de ocorrência do prejuízo indicado nesta **Tomada de Contas Especial – TCE**. Todavia, aquiesce às razões de defesa apresentadas pelo Sr. **WEBER DE AZEVEDO MAGALHÃES**, dele retirando a responsabilidade pela devolução do débito aos cofres públicos.

O douto órgão ministerial que oficia neste feito diverge desse entendimento da Secretaria de Contas, uma vez que opina no sentido de que todos os chamados em audiência devem responder, solidariamente, pela devolução do débito ao erário.

No que concerne à caracterização da lesão ao erário, trago à colação o seguinte registro da Comissão de **Tomada de Contas Especial – TCE** lançada no já citado Relatório de Conclusão de TCE n° 103/2014/GETCE/DIEXE/SUTCE/STC, que incorporo a este voto utilizando-as como razão de decidir, verbis:

"3.1 – DA ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS APRESENTADA PELA CONVENENTE

No tocante à prestação de contas analisadas, as razões de glosa apontadas pela Comissão Tomadora estão descritas às fls. 260/262 dos autos. Deveria a Convenente, ainda, justificar o valor arrecadado e o destino dado com venda de ingressos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____
Proc.: 16.536/13
Rubrica

para o evento, evidenciados à fl. 159, uma vez que o Convênio 02/2006 não permitia a retenção desses valores pela Conveniente, pela própria natureza do pacto.

(...)

Além das irregularidades na prestação de contas, o processo apresentou inúmeras impropriedades formais que por si só inviabilizariam a formulação do Convênio e, consequentemente, o repasse concedido:

- a) Projeto Básico precário;*
- b) descumprimento do artigo 116 da Lei nº 8.666/93;*
- c) Ausência de manifestação da PGDF para celebração do Convênio infringindo o artigo 38, § único, da Lei nº 8.666/93 e artigo 4º da IN 01/2005 – CGDF, uma vez que o Parecer de fls. 37/57 não diz respeito ao Convênio 02/2006 – Processo 220.000.070/2006.*

As glosas feitas pela Comissão também se baseiam no teor da Decisão TCDF nº 2.153/2005, item 'a' e item IV letra 'a' da Decisão 5707/2006, cujo teor, determina à SEL que exija, em processo de comprovação de despesa, cópias autenticadas de documentos de identidade e CPF, quando houver pagamentos de serviços de terceiros – pessoas física, bem como deverão ser consideradas ilegítimas as despesas sem amparo legal ou contratual, as despesas discrepantes do estabelecido no contrato, as despesas inidôneas, bem assim aquelas despesas genericamente discriminadas, que não dão margem ao exercício do controle, pois ocultam a segregação do objeto, preços unitários e quantidades.

Nesse sentido, esta Comissão, ao analisar toda a prestação de contas constantes às fls. 101/174, com fulcro nas Súmulas 346 e 473 do STF, não acolheu os documentos apresentados pela Conveniente. A CPTCE também não acatou o Parecer de fls. 175/176; Despacho de fl. 180, fls. 194/197 e Memorando nº 49/2008-GETOC às fls. 204/205.”

*A esses apontamentos da Comissão de **Tomada de Contas Especial - TCE**, ajunto estas observações da Secretaria de Contas, lançadas na Informação nº 12/2017, que também insiro neste voto como razão de decidir, verbis:*

“32. Análise: é preciso ressaltar que a irregularidade está relacionada à perda da finalidade do convênio. Houve a aplicação de verba pública em evento de natureza privada com fins lucrativos e todos os ônus imputados ao DF, em desarmonia com a própria finalidade do Instituto Pró-Lazer,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

pois que se cobraram ingressos. Ademais, o evento demonstrou ser de natureza social altamente seletiva e excludente, a evidenciar desvio da finalidade e carência de interesse público.

33. Restou evidente que o interesse atendido com a liberação dos recursos públicos foi o particular. Tratava-se de evento sem tradição alguma no cenário esportivo local e mesmo nacional. Visava a obtenção de lucro por parte dos promotores, uma vez que o ingresso para assistir ao espetáculo não foi gratuito, mas oneroso, com a restrição no alcance social daí decorrente.

34. Quanto ao caráter suplementar, não ficou demonstrada a participação da instituição no custeio do projeto. A defendente não evidencia a conversão dos valores auferidos com os ingressos e com a venda da imagem do jogo em gastos com a execução do convênio.

35. A perda da finalidade do convênio é suficiente para descaracterizar todo o repasse, tornando-o ilegal desde sua origem. Por essa razão, entendemos que o valor do convênio deve ser ressarcido em sua integralidade.

36. Os argumentos apresentados não são suficientes para afastar a irregularidade de suas contas.”

*Assim, tenho caracterizado, nesta **Tomada de Contas Especial - TCE**, o quadro fático lesivo ao erário distrital que conduz a este Tribunal impor aos responsáveis à devida reparação.*

*Quanto aos responsáveis por esse dano, a zelosa Secretaria de Contas indica o Sr. **HERBERT WILLIAM DE OLIVEIRA FÉLIX**, Subsecretário de Apoio Operacional da SEL à época, e a Sra. **Marilda Mara Pereira Carneiro**, representante legal do **Instituto Pró-Lazer**, posto que não apresentaram qualquer elemento capaz de firmar a regularidade na aplicação dos recursos públicos transferidos àquela entidade por intermédio do Convênio nº 02/2006.*

*Acompanho a Unidade Técnica nessa indicação. Todavia, entendo que o ex-Secretário da SEL, o Sr. **WEBER DE AZEVEDO MAGALHÃES**, deve ser alcançado pela obrigação de, solidariamente, devolver aos cofres públicos o valor débito apurado nestes autos.*

*A esse respeito, revela-se procedente o que sustenta o douto órgão ministerial no Parecer nº 381/2017-ML (fls 148/167). Eis o que consigna o ilustre Procurador **MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA**, verbis:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

“39. De fato, consoante se observa dos autos, foi o Sr. Herbert de Oliveira Felix quem assinou o termo de convênio, atestou a regular aplicação dos recursos, aprovou a prestação de contas, firmou termo aditivo ao convênio e declarou que as contas do Instituto eram passíveis de serem aprovadas. Ao Sr. Weber de Azevedo Magalhães coube, anteriormente, ratificar a inexigibilidade de licitação, consoante o documento de fl. 80 do Processo nº 220.000.070/2006-apenso.

40. Sem embargo, é de se notar que tanto a celebração do convênio como a sua execução se deram na gestão do defendente. A ratificação da inexigibilidade foi ato que culminou na celebração da avença, que tinha por desiderato aplicar verba pública em evento de natureza privada, com fins lucrativos e ônus imputados ao DF, indo de encontro com o princípio da finalidade pública e com a própria essência do instituto de convênio.

41. Assim, é de se notar que, pela sequência dos fatos, se não fosse a ratificação da inexigibilidade de licitação sequer haveria a celebração do ajuste, sendo, portanto, condição sine qua non para a ocorrência do prejuízo.

42. Por essa razão, lamentando divergir do Corpo Técnico, este Ministério Público de Contas entende que o Sr. Weber de Azevedo Magalhães, na condição de Secretário de Estado da SEL/DF à época dos fatos, detinha o controle hierárquico sobre os seus subordinados, que pressupõe as faculdades de supervisão, coordenação, orientação, fiscalização, aprovação, revisão e avocação das atividades controladas, os quais entendo serem meios bastantes e suficientes a permitir a sua respectiva responsabilização diante de sua conduta, no mínimo, omissiva na execução do próprio ajuste.

43. Desse modo, acatar a tese de irresponsabilidade do Sr. Weber seria o mesmo que reconhecer que a figura do Secretário, Chefe da Pasta, é meramente ilustrativa, a ponto de nunca ser possível alcançá-lo por mácula na gestão.

44. Nessa esteira de inteligência, cabe ao titular da Pasta a fiscalização dos atos de seus subordinados, pois o gestor não pode se isentar dessa sua responsabilidade (culpa in vigilando), inerente ao seu cargo, bem como perante o próprio ato de escolha de seus auxiliares (culpa in eligendo).

45. Não convence o Parquet especializado a tese de que o agente político não é capaz de ser responsabilizado por atos de natureza administrativa que pratica no comando dos órgãos/entidades de que é titular. Deve-se, em cada caso, observar se a sua conduta, individualmente delimitada,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

contrariou os preceitos legais e os normativos que são aplicáveis à espécie, a fim de se verificar se o seu comportamento foi determinante para a ocorrência do resultado, identificando-se, assim o correspondente nexo de causalidade.

46. Ora, no entender deste Órgão Ministerial, não há dúvidas quanto ao desvirtuamento do ajuste celebrado, uma vez que foi repassado recurso público para a confecção de ingressos, o que pressupõe a sua venda e o consequente lucro auferido pela conveniente, a toda evidência, em contraposição à finalidade do instrumento venial.

47. Portanto, não parece admissível que o responsável em comento, pelo cargo que ocupava, desconhecesse as irregularidades na execução do ajuste. Se não tinha, era por uma evidente “cegueira deliberada” decorrente de uma atuação omissiva injustificável, capaz de ensejar sua responsabilização sobretudo em razão do prejuízo ao Erário, motivo pelo qual considero improcedentes suas alegações.”

Com efeito, ao anuir a pareceres técnicos expedidos, ao referendar ou ao ratificar atos de subordinados sem amparo legal, a autoridade superior atrai para si a responsabilidade solidária pela infração legal e, se for o caso, por eventual dano causado ao erário, sujeitando-se às sanções pertinentes. Por isso cabe à autoridade superior arguir qualquer falha na condução do procedimento administrativo. Essa é a razão de ser do Poder Hierárquico, de onde emana referida competência para fiscalizar e rever os atos dos subordinados. Não fosse assim, não haveria sentido em que todos os componentes da cadeia decisória participassem do aludido procedimento. Incidem, na espécie, os efeitos da culpa in vigilando e da culpa in eligendo. Esta decorre da escolha do subordinado. Aquela deriva do não cumprimento do dever de fiscalizar e rever as atividades desenvolvidas pelos subordinados, como poder-dever derivado da relação hierárquica.

*Assim, o Sr. **WEBER DE AZEVEDO MAGALHÃES** deve responder, juntamente com o Sr. **HERBERT WILLIAM DE OLIVEIRA FÉLIX** e a Sra. **MARILDA MARA PEREIRA CARNEIRO**, esta representante legal do **Instituto Pró-Lazer**, pelo recolhimento aos cofres públicos distritais, de forma solidária, do valor atualizado do débito apurado na **Tomada de Contas Especial – TCE** em tela.*

*Diante de todo o exposto, pedindo vênias ao eminente Relator, **VOTO** por que o egrégio Plenário:*

I – tome conhecimento das defesas de fls. 67/76, 82/107 e 116/129 para, no mérito, considerá-las improcedentes;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

*II – ante o disposto no § 1º do artigo 13 da Lei Complementar nº 01/1994, autorize a cientificação do Sr. **WEBER DE AZEVEDO MAGALHÃES**, do Sr. **HERBERT WILLIAM DE OLIVEIRA FÉLIX** e da Sra. **MARILDA MARA PEREIRA CARNEIRO** para, no prazo de 30 dias, recolherem aos cofres públicos distritais, de forma solidária, o valor de **R\$ 344.999,93** (trezentos e quarenta e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos), devidamente corrigido, nos termos da Lei Complementar nº 435, de 10/12/2001; e*

III – autorize, ainda, o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências de praxe.”

4. A retomada do julgamento ocorreu na Sessão de 10.8.2017, ocasião em que foi deferida vista do processo ao Conselheiro MANOEL DE ANDRADE (Decisão nº 3.861/17-CPM, fl. 209).

5. O i. Conselheiro apresentou o Voto-Vista de fls. 210/213 e teceu as seguintes considerações:

“Na última apreciação do feito pedi vista do processo para inteirar-me da matéria nele tratada e posicionar-me quanto às questões postas.

Ao examinar os autos, não encontro reparos a serem feitos no voto lançado pelo ilustre Relator, principalmente porque a questão da regularidade das contas já fora tratada nos autos do Processo n.º 7321/2006.

Imprescindível acrescentar que naqueles autos restou assente a efetiva realização do evento, situação que se enquadra passível de aplicação de precedentes desta Corte de Contas, nos quais foi afastado o prejuízo decorrente de falhas na prestação de contas em convênio¹.

Por fim, entendo que não há nos autos elementos que signifiquem dúvidas acerca do cumprimento do objeto do convênio, pelo contrário, a própria aprovação das contas pelo Tribunal, levada a efeito nos autos do Processo n.º 7321/2006, mediante a Decisão n.º 4089/2012, indica que o ajuste atingiu o fim almejado, sendo que, diante dos apontamentos acima, devem as presentes contas especiais serem encerradas, sob o amparo do artigo 13, inciso III, da Resolução n.º 102/2008.

¹ Decisões n.ºs 1559/2014, 4720/2014 e 4979/2016



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

Nesse viés, acompanho integralmente o Relator.”

6. Com efeito, após analisar com mais vagar tudo quanto dos autos consta, concluo que a melhor apreensão dos fatos, a esta altura das análises, é a que faz o nobre revisor, Conselheiro RENATO RAINHA. Explico.

7. Como condutor da r. Decisão nº 4.089/12, no bojo do Processo nº 7.321/06, cujo relator vinculado era o (então) Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, em extensa análise, que merece transcrito, assim me posicionei, **in verbis**:

“29. No Relatório que antecede esta ordenação do feito (fls. 605/617-v) procurei ser o mais fiel possível a tudo quanto disseram a Instrução e o Ministério Público de Contas, até o momento.

PASSO A DECIDIR

30. O que chama a atenção nas análises que procedi nos autos (desde o seu início) é que o Instituto Pró-Lazer foi fundado em 24 de janeiro de 2006. Somente no dia 3 de fevereiro de 2006 sua ata de fundação foi **apresentada para registro** no Cartório do 2º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas de Brasília (fls. 28/43).

31. Foram 5 (cinco) os sócios-fundadores do Instituto Pró-Lazer: Marilda Mara Pereira **Carneiro** – CPF: 658.287.391-15, Vicente Batista **Carneiro** – CPF: 469.386.138-34, Renan Pereira **Carneiro** – CPF: 002.847.091-58, Elizângela Pereira **Carneiro** – CPF: 693.981.781-68, Matheus Henrique de Braz Silva Mendes – CPF: 060.554.486-70.

32. Os 4 (quatro) primeiros sócios-fundadores suso referidos declararam residir no mesmo endereço: CNB 01, Lote 14, Apt. 402, em Taguatinga-DF... o mesmo endereço provisório do recém fundado Instituto Pró-Lazer. Pelo sobrenome comum (**Carneiro**) presume-se que sejam parentes entre si. Apenas o quinto sócio, Sr. Matheus Henrique de Braz Silva Mendes, reside em outro endereço (Alameda Gravatá, Qd. 30, Conjunto 09, Lote 3/5, Apt. 102, em Águas Claras – DF).

33. **Em síntese**, o Instituto foi criado em 24 de janeiro de 2006 (só em 3.2.2006 foi levado a registro). O Convênio nº 2/2006, sob “forma de recíproca e mútua cooperação” para a realização do MEGA EVENTO SHOW BOLA”, para o qual foram liberados R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), foi firmado em 17 de fevereiro de 2006. O CNPJ do Pró-Lazer foi emitido em 17.2.2006 (fls. 60) mesma data em que se obteve a Certidão Negativa de Débitos junto ao Governo do Distrito Federal (fls. 61) **documentos**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



imprescindíveis à assinatura do convênio.

34. O Sr. Herbert Willian de Oliveira Félix, então Subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer foi quem assinou o Convênio nº 2/2006. No entanto, o então Secretário de Estado de Esporte e Lazer, Sr. Weber de Azevedo Magalhães (cujo substituto legal era o Sr. Marcelo Fagundes Gomide), foi quem agilizou todos os procedimentos para a realização do evento, conforme se constata dos seguintes documentos:

a) fls. 41, autorização, em 16.2.2006, de cessão do Ginásio Nilson Nelson para a realização do evento;

b) fls. 63, Ofício nº 104/GAB/SEL, de 15.2.2006 dirigido ao Sr. Secretário de Segurança Pública pedindo a disponibilização “dos efetivos necessários para a segurança do público estimado em oito mil pessoas”;

c) fls. 64, Ofício nº 103/GAB/SEL, de 15.2.2006, dirigido ao DFTRANS solicitando disponibilizar “ônibus extra para o local do evento, a partir das 16 horas”;

d) fls. 65, Ofício nº 102/GAB/SEL, de 15.2.2006, solicitando à BELACAP “disponibilizar os agentes necessários para limpeza após a realização do evento”.

35. Em princípio, a participação do Sr. Herbert Willian de Oliveira Félix, Subsecretário de Apoio Operacional da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, na assinatura do Convênio nº 2/2006 não se justifica face à participação ativa e efetiva do então Secretário Weber Magalhães, conforme acima explicitado. Em seu eventual impedimento, caberia a seu substituto legal, Sr. Marcelo Gomide, assinar o Convênio. Não há, pois, como afastar a responsabilidade de ambos no que pertence à irregularidade detectada (ausência de competência legal para assumir o compromisso em nome da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer).

36. Quanto ao mérito propriamente da apenação ou não do(s) responsável(is), tem-se específica e comprovadamente que:

a) o Convênio nº 02/2006 de que cuidam os autos foi acompanhado, do início ao fim, no Processo nº 220.000.070/2006, na origem;

b) houve, comprovadamente, a prestação de contas e estas foram **aprovadas** pelo executor do convênio, Sr. Rogério Pereira Vieira, em 20.6.2006 (fls. 134/135) e referendadas pelo Sr. Hebert Willian em 23.6.2006 (fls. 136), sendo encaminhada ao Departamento-Geral de Contabilidade da Secretaria de Estado de Fazenda. Na Subsecretaria de Finanças da Secretaria de Estado de Fazenda, o Analista



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

Maurício Palmeira de Souza, em 11 de julho de 2006, baixou o processo em diligência para alguns esclarecimentos (fls. 140). Saneada a prestação de contas esta foi aprovada e registrada na contabilidade do GDF por meio da Nota de Lançamento nº 2006NL00869, conforme manifestação da Assessoria Jurídica Legislativa em 31.1.2007 (fls. 129/130). A Nota de Lançamento nº 2006NL0869, de 4.10.2006, suso referida pode ser vista à fl. 154.

*37. Sob a ótica da realização do MEGA EVENTO SHOW BOLA, em 18.2.2006, o que se tem de concreto é que houve um repasse de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e que esses recursos foram aplicados conforme Plano de Trabalho visto às fls. 36, **in verbis**:*

Passagens aéreas Seleções Brasileiras e Argentinas.....	R\$ 65.487,00
Hospedagem e alimentação das Seleções.....	R\$ 36.000,00
Divulgação (TV Globo).....	R\$ 27.473,00
Locação do Piso da Quadra.....	R\$ 20.000,00
Montagem e Desmontagem de Estrutura.....	R\$ 7.000,00
Grades de Fechamento.....	R\$ 6.600,00
Troféus.....	R\$ 5.600,00
Confecção de ingressos.....	R\$ 5.000,00
Material Gráfico (Panfletos e Cartazes).....	R\$ 4.240,00
Alambrado	R\$ 1.400,00
Gerador de Energia.....	R\$ 1.200,00
TOTAL.....	R\$ 180.000,00

*38. Apresentadas as faturas e recibos devidos estes foram aprovados e considerados aptos a justificar os gastos, pelo que o Processo nº 0220.000070/2006 que cuidou da concessão de apoio financeiro e de sua prestação de contas foi **arquivado** em 17.10.2008 (Armário 05, Pasta 04), segundo informação colhida em 30.7.2012. Desse modo, **sob a ótica estritamente contábil**, deve o Tribunal reconsiderar suas decisões condenatórias anteriores pois os procedimentos se mostram formal e materialmente corretos.*

*39. **No entanto**, remanescem dúvidas levantadas pelo douto **parquet** e acolhidas pelo relator original dos autos, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO (fls. 751), que devem ser apuradas **mediante o devido processo legal**, em outras esferas de controle, de modo a homenagear o **princípio do juiz natural da causa**, a saber:*

a) qual foi o critério utilizado para a escolha do Instituto Pró Lazer para “cooperar” com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer quando os fatos levam a crer que este Instituto foi adredemente criado para esse fim específico e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6

Fls.: ____

Proc.: 16.536/13

Rubrica

não ostentava as mínimas condições técnicas para responder por evento de tal envergadura com tão pouco espaço de tempo para planejá-lo e executá-lo;

*b) é certo que o Instituto Pró Lazer (**particular**) auferiu renda com a venda de ingressos (que foram confeccionados com recursos repassados pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer: R\$ 5.000,00) para um público estimado em 8.000 pessoas, segundo previsão do próprio Sr. Secretário de Esporte e Lazer, á época, e com a receita oriunda dos direitos de transmissão do evento pela televisão. **Esses elementos, contudo, não constam dos autos;***

c) pelas planilhas constantes dos autos toda a despesa foi paga com recursos públicos, não havendo qualquer referência a contrapartida do conveniente;

d) a modalidade esportiva não era de alto rendimento mas meramente lúdica, os participantes eram atletas veteranos como Maradona e outros ex-integrantes das respectivas seleções Brasileira e Argentina, convidadas;

e) o eventual alcance social do evento foi mitigado pela cobrança de ingressos, mas não se sabe quanto foi arrecadado, quem se beneficiou da arrecadação, nem se os encargos e tributos devidos foram pagos.

*40. Por tudo quanto dos autos consta, entendo que os procedimentos apuratórios levados a efeito neste processo não se coadunam com o **devido processo legal** a que está sujeita esta Corte de Contas no desempenho de sua missão constitucional... devendo ser refeitos.*

41. Por outro lado, há veementes indícios de que houve conivência de autoridades da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer na concessão dos recursos que patrocinaram o evento, sem contrapartida do particular, tendo propiciado a arrecadação de vultosos recursos, mediante cobrança de ingressos e venda dos direitos de transmissão do evento pela televisão, que não se sabe a quanto monta nem a quem beneficiou especificamente. Indícios esses que estão a caracterizar prática de crimes contra a Administração Pública que precisam ser levados ao conhecimento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios na forma regimental (art. 185).

Com estes esclarecimentos, deixo de acolher os pareceres e VOTO no sentido de que o Tribunal, com base na estrita análise da concessão do auxílio a que se referem os autos, consubstanciado no Convênio nº 2/2006 celebrado entre a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer e o Instituto Pró Lazer,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



I. tenha por regular, com ressalva do que venha a ser apurado pelo controle interno e sob a ótica estritamente procedimental e contábil, a concessão do auxílio e sua prestação de contas de que tratam os autos;

II. em função de aspectos correlatos (descritos no relatório) que evidenciam o favorecimento da instituição conveniada e o enriquecimento sem causa de pessoas que não puderam ser perfeitamente identificadas nestes autos, determine à Secretaria de Estado de Transparência e Controle que desarchive o Processo nº 0220-000070/2006 com vistas a examinar a necessidade de se instaurar, mediante o devido processo legal, procedimento administrativo específico para apuração de eventuais irregularidades;

III. pelos mesmos motivos acima, dê conhecimento dos autos e, em especial, deste Relatório/Voto ao douto Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que melhor ajuizará sobre a presença de indícios que levem à necessidade de sua atuação como fiscal da lei e da moralidade pública.

É como VOTO!"

Em face do exposto, rogando todas as vênias ao nobre Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, revejo meu entendimento anterior e acompanho, por seus judiciosos fundamentos, o VOTO do nobre revisor, Conselheiro RENATO RAINHA:

I. tome conhecimento das defesas apresentadas pela Sr^a. Marilda Mara Pereira Carneiro (responsável do extinto Instituto Pró-Lazer) e pelos Srs. Weber de Azevedo Magalhães (Secretário de Estado de Esporte e Lazer - à época) e Herbert William de Oliveira Felix (Subsecretário de Estado - à época) de fls. 67/76, 82/107 e 116/129, respectivamente, para, no mérito, considerá-las improcedentes;

II. autorize:

a) com fulcro no art. 13, § 1º da Lei Complementar nº 01/94, a cientificação do Srs. Weber de Azevedo Magalhães, Herbert William de Oliveira Félix e Marilda Mara Pereira Carneiro para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham aos cofres públicos distritais, de forma solidária, o valor de R\$ 344.999,93 (trezentos e quarenta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.6



e quatro mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos), devidamente atualizado, nos termos da Lei Complementar nº 435/01;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências de praxe.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2017.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópia

DIGITALIZADO